



***A circulação na conversação pública entre Governo Federal e sociedade:
casos dos Governos Dilma Rousseff***

*The circulation in the public conversation between Federal Government and
society: cases of Dilma Rousseff's Governments*

Marcelo Igor de Sousa¹

Resumo

O artigo propõe a análise de casos escolhidos do período dos mandatos presidenciais de Dilma Rousseff em que eventos marcantes suscitam o contato do Governo e sua líder com os cidadãos pela via da midiática. Os circuitos selecionados marcam três momentos: Os protestos de rua de 2013 e compromissos políticos assumidos; Manifestações e “panelaços” de 2015; O início do processo de Impeachment em 2016. Tais circuitos são pensados para além dos fatos em si e trazem, além da conjuntura, os diversos deslocamentos, negociações e desdobramentos, mas foco do trabalho está na análise das ênfases dos discursos políticos construídos, na perspectiva da circulação e no tensionamento do comunicacional na conversação pública, na resposta e na participação.

Palavras-chave: Comunicação; Política; Midiatização; Governo Federal Brasileiro.

Abstract

The article proposes to analyze some cases chosen from both Dilma Rousseff's government, in which important events demanded direct dialogue between the Government and its leader with the citizens through the mediatization process. The selected circuits mark three moments: The street protests of 2013 – know as June's Journey - and political commitments assumed; Manifestations and *pot-banging* protests of 2015; the beginning of the impeachment process in 2016. Those circuits are thought beyond the facts itself and bring, besides, the several displacement, negotiations and consequences, but the focus of the present work lies on the analyzes of the political speech constructed, through the perspective of the circulation and through the strategies of communication in the public conversation.

Keywords: Communication; Politics; Mediatization; Brazilian Federal Government.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS e Jornalista na Secretaria de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentação

Este trabalho está situado no interesse de pesquisa, mais amplo e em nível de doutorado, de avaliação das políticas de participação cidadã diante das diversas crises da democracia representativa, da política na era digital e da polarização política no Brasil. A perspectiva de análise se debruça sobre perspectiva da circulação e no tensionamento do comunicacional na conversação pública, na resposta e na participação. Não são deixados de lado os contextos de crise num trabalho de Comunicação e Política situado num período bastante conturbado para o País. Indica-se, também, que a pesquisa está inserida nas investigações de Miatização e Processos Sociais. Os processos tentativos são entendidos como reflexos das políticas e das enunciações, dos discursos e relatórios; além das ações e dos dispositivos digitais. Os casos selecionados ilustram o período dos mandatos presidenciais de Dilma Rousseff (2011/14 e 2015/16) em que eventos marcantes suscitam o contato do Governo e sua líder com o público-cidadão pela via da miatização. O artigo propõe a análise de casos do período dos mandatos presidenciais de Dilma Rousseff em que eventos marcantes suscitam o contato do Governo e sua líder com os cidadãos pela via da miatização.

Contextos e Cenários

O período selecionado é marcado por diversas situações conjunturais na Governança do País. Uma sintética linha do tempo aponta episódios diversos: mudanças político-institucionais, manifestações, protestos, respostas oficiais e informais, campanhas institucionais e sites em funcionamento: 2011-2012: Continuidade governo Partido dos Trabalhadores (contexto de participação em Conferências Nacionais e Regionais); 2013: Manifestações de Rua (protestos ideologicamente à esquerda), Copa das Confederações e Críticas aos gastos com obras para a Copa do Mundo; 2014: Copa do Mundo, Eleições (Governo recebe apoio de movimentos sociais), páginas de crítica e de ódio pelas redes e Política Nacional da Participação Social; 2015: Protestos mais identificados com a direita, mobilizações dos “Sem-Partido”, propulsão do Movimento Brasil Livre (MBL) e crescimento de discurso #ForaDilma e pelo Impeachment; 2016: Afastamento e Impeachment da Presidenta.

A seguir, os principais elementos destacados são os que refletem nos circuitos selecionados para a seção de análise. O período das manifestações de 2013 é demandado por ações ligadas a diferentes temas, tendo como início os protestos contra o aumento das tarifas de transporte coletivo em capitais brasileiras (CASTELLS, 2013; MALINI & ANTOUN, 2013). São diversas mobilizações que tomam as ruas em diferentes demandas sociais. A emergência das Jornadas de Junho leva o Governo a se manifestar e tentar responder aos anseios que passam de potenciais insatisfações a lutas sociais, em pautas mais à esquerda e em movimentações que incluem as revoltas mais diretas, como a realizadas pelos chamados *black-blocks*, o que incluía ações efetivas no patrimônio público e uma revolta generalizada contra a classe política. Dilma é vaiada e xingada durante cerimônias da Copa das Confederações. O primeiro pico do objeto se desponta com as respostas dadas pelo Governo Federal, em discursos e ações, além da eleição de um protocolo de contato com a sociedade: o site *Participatório*, que já estava sendo preparado, mas que teve seu lançamento catapultado para um mês depois das primeiras manifestações e carregava uma particularidade: estava destinado ao público jovem, o principal grupo envolvido.

Nesse ínterim e diante de eleição, a compreensão de muitos analistas era de que todo esse contexto e um insatisfatório retorno do Governo Federal, Dilma não conseguiria se reeleger. Por isso, o ano de 2014 é voltado para as eleições e a pequena vantagem em sua vitória leva a uma nova onda de protestos contra a presidenta e seu Governo. Ainda no primeiro mandato é instituído o Participa.br, definido no final de 2014 como centralizador das iniciativas de consultas e participação do Governo. Já reeleita e apesar de Dilma 'consagrar' seu segundo mandato ao diálogo – como apontado no discurso após a reeleição –, o público e o tom das manifestações ganham novos matizes em 2015. Adultos de classes não-populares e mais à direita, painelaços e um coro de #ForaDilma são características das manifestações mais especificamente contra o Governo, apesar de manter certa insatisfação geral. Painelaços, xingamentos e uma classe política que se afasta da chefe de Estado mostram um contexto mais desfavorável à política de participação. Mesmo assim, há um esforço de validação de canais de participação e de escuta. A presidenta realiza pronunciamentos em cadeia de TV, o que gera protestos em tempo real, os painelaços, e um posterior pronunciamento pela Internet, o que, segundo alguns, seria para fugir da fúria da resposta imediata no horário do

broadcasting. Apesar do acirramento do desgaste, o período do segundo semestre de 2015 estão situados o lançamento de um dispositivo: *Dialoga Brasil*. Nesse momento já existe, de forma bem ruidosa, o discurso do impeachment e as histriônicas fases da Operação Lava-jato.

O desenvolvimento de ações, em suas concretizações, rupturas e paralisias, tem muito a dizer sobre o funcionamento do conversacional Governo/Sociedade. O rol das tentativas de comunicação participativa indica que a dinâmica desse objeto relaciona-se com os contextos, mas também transcende a eles. O olhar em processo é capaz de mostrar as estratégias político-comunicacionais por trás dos objetos que, no perdão da singeleza da comparação, podem ser apenas a 'ponta do iceberg'; são o visível de dinâmicas colocadas em funcionamento na implantação de políticas públicas do Governo Federal. A própria configuração de Secretarias e Ministérios e o espaço dado à participação são sintomas das rotas dessas políticas no Governo Federal. O resgate dessas dinâmicas e desses contextos é capaz de sustentar um objeto de investigação firme e relevante.

E o fato de que se formulam planos emergenciais e de que se remodelam os projetos como tentativas de resposta a demandas sociais, algo constatado no processo de observação, também ajuda no levantamento de questões e de caracterização desse objeto como impactado pelas contingências. Discursos e pronunciamentos sobre participação, representação são elementos materiais desses aspectos e compõem o funcionamento do objeto e sua processualidade. Outro aspecto que colabora na composição desse objeto é o uso das políticas de participação como marca do Partido dos Trabalhadores (PT). Sendo o partido um dos grandes alvos dos insatisfeitos – diga-se que Fora PT é um dos gritos que ecoa – as políticas como Conferências, Orçamento Participativo e Consultas Populares – entram num pacote de aversão de boa parte da sociedade.

A insatisfação vai da extrema esquerda num primeiro momento e chega à direita e à extrema-direita. Também como inferência heurística, afirma-se que o Governo não consegue responder satisfatoriamente em nenhum dos dois casos. Não consegue, em seu esforço tentativo, estabelecer um canal que cumpra uma “confiança comunicacional”. A limitação é tamanha que está sob as costas desse Governo até mesmo questões que não são de sua alçada, como reclamações sobre impostos que são arrecadados pelos estados, por exemplo. Há uma defasagem que não se resolve com os canais e a pressão política assume sua

esfera mais ofensiva no processo de Impeachment que é proposto por forças políticas da oposição (que subsume dia a dia membros dos partidos aliados) e ganha forte apelo popular a partir do discurso lançado de “Melhora do País”.

Há outra virada durante o período que é a resposta mais dura às críticas, em que o Governo, a nosso ver, entende que não conseguirá abrir o diálogo com “todos os cidadãos” e ironiza alguns discursos, como no caso da crítica aos painéis. Nesse período, uma crise sintomática é a divulgação de um documento interno da Secretaria de Comunicação em que são relatadas críticas ao posicionamento comunicacional da Presidência da República nas redes sociais, nos discursos e no diálogo com a Sociedade. Há uma sensação de “não falo pra vocês”. Os segmentos são, cada vez, menos universais. No mesmo sentido e num estágio mais final da materialidade selecionada, os dispositivos e discursos são direcionados ao uso enquanto meios de luta política. Manifestações, postagens e uso das redes sociais governamentais agregadas aos dispositivos disseminam discursos contra o que é chamada de golpe. A polarização acirra-se ainda mais e o diálogo em rede aparenta-se mais dificultado, devido à falta de abertura para um discurso contrário, a disseminação de notícias falsas e à disputa pró e contra quase clubística nas redes sociais.

Marco teórico e metodológico

O referencial teórico aponta para a *mediatização*, um conceito com potência para elucidar uma pesquisa consistente e ancorada nos empíricos. E como a *mediatização*, “ainda que modo diverso”, afeta as práticas sociais, entende-se que, no caso estudado, as práticas políticas são afetadas também, situando um segundo direcionamento da referência teórica: *a mediatização da política*. Ou seja, a política opera com lógicas que interpelam a *mediatização* e a *mediatização* opera sobre a política. O encaminhamento das questões conceituais trata ainda do acirramento a partir do digital, além da caracterização do andamento dos processos nos países vizinhos ao Brasil, com a busca de autores latino-americanos que analisam os processos de *mediatização* na relação entre Governo e Sociedade.

Na Internet, o papel do mediador está em crise. A mediação clássica perde força e o poder está cada vez mais distribuído em diversas frentes. As condições de acesso à comunicação passam a ser possibilidades de alcance amplo. Como dito acima, o papel de

programadores da vida social dos meios de comunicação tradicionais perde muita força. E dá lugar ao momento contínuo de oferta comunicativa, a uma oferta potencialmente incessante de muitos para muitos. Tudo isso tem profundas implicações sociais. CARLON expõe três consequências dessas mudanças: a) crise dos meios massivos, pois as instituições não podem mais programar a vida social como faziam; b) um limite dos novos meios, pois não podem gozar do poder aos moldes dos meios massivos; c) a produção dos usuários (2013, p. 226). A constatação desses aspectos indica para a percepção de uma efervescência de processos comunicacionais e, ao mesmo tempo, grandes mudanças nas dinâmicas desses processos. E, obviamente, esse contexto vai interferir os diversos âmbitos sociais.

Em Jean MOUCHON (2012) também vemos a tentativa de explicação dos modelos em convivência. Para ele, dois modelos estão dispostos: a televisão para o público em geral “*versus*” as redes na internet (p.150). A personalização das campanhas políticas e a aproximação desses atores políticos dos cidadãos apontam para alterações nos contextos democráticos. Concordamos com MOUCHON quando afirma que “a capacidade dos telespectadores-internautas” frustra “os planos e as estratégias comunicacionais” (2012, p. 158), pois o ritmo de interação próprio das redes da internet é mais disperso em comparação com qualquer broadcasting planejado por marqueteiros profissionais. As inferências iniciais já apontam, mas a análise mais apurada é que pode esclarecer: a dinâmica da internet e suas tecnologias oferece, cada vez, menos controle dos emissores tradicionais; ou seja, posicionar-se na rede é dispor-se a um menor controle de fluxos por parte dos Governos e atores políticos.

Nesta pesquisa opta-se por casos múltiplos, entendendo que depositar o olhar em vários casos é possível potencializar observações que sejam dadas pela verticalização. Os casos operam em relações e compõem um desenho maior, mais dinâmico. Aníbal FORD (2002) propõe o termo “exasperação do caso” para sintetizar uma predisposição para se realizar o processo de construção do observável. Contemplar um caso de investigação é torná-lo um caso esmiuçado, detalhado, intensificado... exasperado. Um verdadeiro processo de exaustão descritiva é o modo como pode ser resumida a pretensão de se construir um observável por meio da observação e do relato extensivo. E esse relato, como caracterizado anteriormente, deve ser extensivo para que não seja entregue a uma narrativa deformadora, a

um direcionamento simplório. Dizer-lhe exaustivo é chamar a atenção para as diversas narrativas costuradas num mesmo caso, é indicar a singularidade que o envolve em nuances próprias. O trabalho é o de inserir esse indício na rede argumentativa, questionar alguns aspectos para ir além do visível aparente. O estudo é pontual, circunscrito e verticalizado sobre uma experiência. Para tal labor, a eleição de casos colabora no processo de desenho das estratégias e práticas desse Governo. Cruzamento das escolhas teóricas sobre a leitura dos objetos para responder à pergunta do problema de pesquisa

Circuitos

São selecionados três momentos: a) protestos de 2013; b) Manifestações e painéis de 2015; c) O início do processo de Impeachment 2015/2016. Tais circuitos são pensados para além dos fatos em si e trazem, além da conjuntura, os diversos deslocamentos, negociações e desdobramentos, mas foco do trabalho está na análise das ênfases dos discursos políticos construídos, na perspectiva da circulação e no tensionamento do comunicacional.

a) Circuito 1

No ano de 2013, as manifestações mobilizaram grande participação popular, sendo intensificadas em número de participantes na semana de 17 a 21 de junho e alcançando uma proporção que, há muitos anos, não era presenciada. A crise de representação e a falta de uma escuta da vontade popular foram alguns dos principais aspectos levantados pelos manifestantes, em sua maioria jovens. Os protestos são direcionados, também, aos gastos com a preparação para a Copa do Mundo FIFA, com as manifestações sendo levadas à Copa das Confederações FIFA, realizada nesse ano em algumas das cidades-sede da competição.

Dilma faz um pronunciamento no dia 21 de junho, no qual se diz “presidenta de todos os brasileiros”. Faz relação dos problemas e demandas com a necessidade de serem debatidos com os “chefes dos outros poderes”, ressalta, de algum modo, que, por exemplo, o transporte coletivo seria de responsabilidade de outra esfera de poder. Reconhece o público prioritário como jovens e repreende o vandalismo. Ou seja, propõe-se a escutar “os que foram pacificamente às ruas”. Faz um rol de pactos governamentais, o que inclui buscar médicos estrangeiros para suprir carências no sistema público e propor uma reforma política.

Apesar de estar sendo preparado há um tempo – já em 2009, com a ideia em debate, e em 2011, com realização de oficina de *design thinking*–, nesse turbilhão que é lançado o Site *Participatório*, em 17 de julho de 2013, menos de um mês depois dos principais acontecimentos de rua, tendo recebido repercussão da mídia tradicional como tentativa de resposta do Governo Federal às “demandas das ruas”, o que não pode deixar de ser considerado como afirmativo. De forma geral, o Governo se compromete com cinco pactos: Responsabilidade Fiscal, Reforma Política, Saúde, Educação e Transporte Público. Ainda nesse ano é lançada a Página do Palácio do Planalto no Facebook. Nessa mesma época, Dilma retomou as postagens no Twitter, perfil que estava parado desde o fim da Campanha Eleitoral, em 2010.

ACÇÃO 1: Protestos de rua, demandas sociais, crise de representação



ACÇÃO 2: Respostas da presidenta, pactos e reforma política



ACÇÃO 3: Site e crise do site Participatório - Experiências e experimentações tortuosas



b) Circuito 2

A não-conformidade com o resultado das eleições de 2014 é a pólvora para o retorno às manifestações, nesse momento encabeçados por um público mais inflamado no ato contrário ao Governo Federal, ligado aos partidos de direita ou aos “sem partido”, com lemas patrióticos e sustentados, desde já, com um discurso de falta de legitimidade na continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder. Por outro lado, as primeiras medidas do novo Governo de Dilma, como nomes para a área econômica e cortes de gastos, geram um descolamento da militância que esteve apoiando a presidenta nas eleições do ano anterior. O que se aponta é que o Governo passa, gradualmente, a falar apenas para si mesmo.

Grandes manifestações são realizadas em 15 de março, o que leva a presidenta a pronunciamento, no qual afirma a liberdade de manifestação “Valeu a pena lutar pela democracia”, ela se dispôs a ajustes para “continuar crescendo” e afirmou que o Governo conseguiu evitar os efeitos da crise afetassem o País. Fato de relevo nesse período é o pedido de demissão do Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social Thomas Traumann, após o vazamento de um documento atribuído a ele, no qual critica a “comunicação errática” do Governo. Durante todo esse período, as páginas de ataque ao Governo nas redes sociais atingem casa de milhões de membros engajados na publicação de conteúdos de ataque/denúncia.

Portanto, esse período é marcado por manifestações e painelaços, as respostas do Governo Federal (e sua paralisia) pelos ministros e pela Presidenta, além da crítica interna, e vazada para a imprensa, do Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação.

AÇÃO 1: Manifestações e painelaços pós início do segundo mandato



AÇÃO 2: Respostas dos ministros, da presidenta etc



AÇÃO 3: Crítica do Ministro-chefe da SECOM e Crises



c) Circuito 3

O processo de Impeachment, em 2015/2016, o posicionamento governamental, compromissos no Site Dialoga Brasil e a volta da presidenta aos discursos públicos e políticos na eminência do afastamento.

O site Dialoga Brasil é criado no início do segundo semestre de 2015 e aposta na discussão das políticas públicas com a sociedade. Com o acirramento dos discursos de impedimento da presidenta e de falta de sustentação política, o processo de conferência de respostas do site à sociedade é interrompido. A abertura do processo de impeachment na Câmara, após o declarado rompimento do Presidente da Câmara Eduardo Cunha, encaminha o Governo para uma queda livre nas possibilidades de comunicação com os cidadãos, visto que as forças se destinam a responder acusações e ao processo de impedimento.

2016, o ano crucial para o Governo Dilma, tem seus primeiros meses, após as férias legislativas, todos voltados à Votação de abertura do Impeachment. O processo passa pela comissão e pelo Plenário na Câmara e segue para o Senado. O Governo sustenta o discurso de Golpe pela não identificação de crime no processo, mas o percurso segue até o afastamento em 12 de maio, dia que coincide com a divulgação das respostas do processo do *Dialoga*

Brasil que esperou seis meses entre o recebimento das demandas sociais e o retorno a sociedade. Obviamente, não foi indicação de propósitos ao Governo que já estava afastado.

Depois de considerar os elementos do problema de investigação, é pedido um cenário teórico para que se dê sequência à pesquisa, o que será indicado a seguir. A hipótese geral ficará suspensa para que se possa começar a manejar o jogo. Após o afastamento, previsto para até 180 dias, Dilma se movimenta no corpo a corpo e se posiciona novamente nas redes sociais digitais.

AÇÃO 1: Abertura do processo de Impeachment e acirramento da crise política



AÇÃO 2: Tentativas de respostas e site Dialoga paralisado



AÇÃO 3: Presidenta volta aos discursos públicos



Aspectos dos cruzamentos dos circuitos

Nos três circuitos, em seus desdobramentos, são destacados elementos de comunicação do Governo – com destaque para o fomento da participação cidadã. São identificadas: falas amplas - discursos da presidenta (público destinatário vai se restringindo); lemas de Governo; definições de políticas - Política Nacional de Participação; Secretaria para a Participação; e Documento da SECOM; e ações concretas em ferramentas – sites de participação. Um elemento que visualiza o cruzamento dos circuitos apontados é o documento da Secretaria de Comunicação Social, que aponta para elementos anteriores ao período de 2015, dos fatos em que se vivia e do reposicionamento de futuro necessário.

O vazamento pela imprensa de um documento interno da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal ocasiona a saída do ministro-chefe da pasta Thomas Traumann. O documento é contundente e motivo de análise para ser capaz de elucidar elementos da comunicação que foi “errada” “errática”, como o próprio ministro-chefe aponta. No documento de apenas cinco páginas (O ESTADO DE S. PAULO, 2015), estão dispostos três itens: “Onde estamos”, “Como chegamos até aqui” e “Como virar o jogo”. Esse documento é correlato com inferências apontadas neste trabalho.

A avaliação da SECOM envolve críticas sobre derrotas no campo das redes sociais e nas mobilizações de rua. Na avaliação, um dos motivos apontados para a derrota é de rompimento com a militância digital após as eleições de 2014 (O ESTADO DE S. PAULO, 2015. p. 1): “A partir de novembro, as redes sociais pró-Dilma foram murchando até serem quase extintas” (p.2). A ausência de agendas públicas da presidenta e a fala para “si mesmo” também foram elementos destacados. O documento atribuído a Traumann também afirma que é natural que o Governo tenha uma “comunicação mais conservadora” (p.3) e que o Governo precisaria responder a três pautas-bomba daquele momento: “corrupção na Petrobrás, inflação/crise econômica e o ‘estelionato eleitoral’”: “É preciso aceitar a mágoa desses eleitores [insatisfeitos com o Governo], reconquista-los (*sic*).

Inferências e Intervenções sobre o objeto

Os contextos de fundo elucidados em discursos e princípios gerais que apontam para a comunicação como elo vinculante entre Governo e Sociedade. Para essas inferências, os

documentos são correlatos e as ações políticas são as essenciais. Alguns elementos são indiciados, como o fato de que há uma defasagem entre a lógica de gestão que preside a política a lógica que preside os processos comunicacionais. As gestões de marketing e de política seguem por caminhos próprios: há um cálculo político e um cálculo comunicacional. Até mesmo as expectativas do gestor político diante das ferramentas seguem por um caminho diverso e o uso para rentabilizar implica o não-domínio da ferramenta.

Outro elemento é a presença da presidenta nos meios tradicionais e a presença nos meios mais conversacionais. Há casos emblemáticos no papel da presença da presidenta nos meios de comunicação tradicionais e os meios mais conversacionais. Como no caso em que a presidenta abandona pronunciamento na TV e faz pronunciamento online e o retorno à Televisão pela figura do Apresentador Jô Soares. Jô desloca seu programa para o Palácio do Planalto e o mesmo não tem a performance da plateia. Dois elementos ficam evidentes: a falta de trato com o *broadcasting*, pois a ausência na televisão veio do receio em ser, mais uma vez, motivo de vaias coletivas que sempre eram programadas para o horário exato de transmissão. O pronunciamento divulgado na Internet não reuniria tempo e espaço. No caso do programa de entrevistas, a segurança fica na situação de ter sido realizada em seu espaço e em contar com aparente cordialidade do apresentador, sem a contestação imediata da plateia.

No caminho de posicionamento nas redes e seus desdobramentos para as manifestações, o Governo demonstra que não conseguia dialogar com parte da população, os que não apoiavam as políticas do governo, e gestava-se uma onda contra o Partido dos Trabalhadores. Em tempos de transparência, a interferência do cidadão é de grande importância para o funcionamento das democracias, pois ajuda a complementar o que a representatividade possa deixar a desejar quanto à vontade dos cidadãos no pós-voto tem sido cada vez mais incentivado. E mecanismos de escuta conferem legitimidade e sustentam os contratos de representatividade. O que se vê, atualmente, é o investimento das administrações públicas em ações de abertura, mas não se pode condicionar iniciativas de interação diretamente a interferências positivas na democracia representativa.

Mantêm-se os questionamentos de fundo sobre o real interesse do Governo Federal sobre o interesse nas iniciativas participativas digitais: O Governo está mesmo interessado? Trata-se apenas de uma simples demarcação de território? Existe avaliação consistente dos

resultados? Afirma-se que esses questionamentos seguiram até aqui, com suspeitas investigativas e seguem pelo percurso da tese em elaboração pelo próximo ano e meio.

O que se afirma, a partir do acúmulo da pré-observação, é que o Governo ainda não realizou o câmbio da perspectiva da internet de navegação (baseada em sites) para a internet de conversação (baseada nos dispositivos móveis). Falta desenvoltura aos governos no processo de compartilhamento da discursividade da internet. Um nicho produtivo próprio das redes sociais e que passa a ser incorporado pelo Governo, mas a operacionalização disso ainda é falha. Outro indício dessa fragilidade é a forma como o Governo falha na disposição para se apresentar como receptor das informações, ou seja, de estar “do outro lado” do funcionamento do processo comunicacional. O modo conversacional da internet exige, além da disposição institucional, mudanças no modo de operacionalizar a comunicação participativa, ou seja, o aprimoramento funcional dos representantes políticos e dos técnicos da administração pública.

Outro passo já iniciado, mas que terá um avanço sistemático é a elaboração diagramática da concepção de conversação pública como experiência de divulgação de espaços de participação. Os modos de caracterizar essa conversação realizada entre um ente institucional e um público disperso serão aprofundados. Desde já, indicam-se diversas características: mudanças na política por meio da comunicação, como a personificação do contato entre esfera política e cidadão nas redes sociais digitais; as influências dos formatos midiáticos interacionais na política; os novos vínculos entre representantes e representados; e a dinamização dos fluxos a partir dos processos digitais.

Considerações finais

Os circuitos são pensados para além dos fatos em si e trazem, além da conjuntura, os diversos deslocamentos, negociações e desdobramentos. Nos três desenhos, o período da gestão da política, marcado por diversas interferências conjunturais, está presente, mas o foco do trabalho está na análise das ênfases dos discursos políticos construídos, na perspectiva da circulação e no tensionamento do comunicacional na conversação pública, na resposta e na participação. A relação política e midiática contempla experiências a partir de novos protocolos de interação para o exercício da democracia: o que vai desde as brechas oficiais nos espaços de poder (porosidade institucional) até o contato direto dos políticos com os



cidadãos em ferramentas de redes sociais, sem a mediação tradicional e a partir de outras linguagens, num redesenho dos vínculos do campo político a partir da realidade midiaticizada. Esses diferentes graus dessa implantação são visíveis nas observações já tensionadas.

Por outro lado, o ato de abrir canais de participação/interação pode gerar frustrações nos atores sociais envolvidos, o que pode ocasionar mais insatisfação que aspectos positivos. Daí a importância de pesquisas, como esta, em vista da elucidação de algumas características, como: a) indicação do modo como as instituições políticas lidam com as transformações no âmbito dos processos comunicacionais, b) identificação de quais são as respostas dinâmicas dadas nesse ambiente de sociedade midiaticizada e c) verificação do nível em que essas alterações afetam os modos nos quais os campos estão organizados. Por certo, as instituições políticas reposicionam seus discursos e suas formas de acesso aos públicos.

Bibliografia

CARLÓN, M. Ataque a los poderes, medios “convergentes” y giro antropocéntrico: el nuevo escenario con base en internet. In: VERÓN, E; FAUSTO NETO, A.; HEBERLÊ, A.L.O.; **Pentálogo III: Internet - Viagens no espaço e no tempo**. Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013. p. 209-240.

CARLÓN, M; FAUSTO NETO, A. **Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación**. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FAUSTO NETO, A; MOUCHON, J., VERÓN, E. (Orgs). **Transformações da midiaticização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.

FORD, A. **La marca de la bestia – identificación, desigualdades y infotretrenimiento em la sociedad contemporánea**. 2. ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002. cap 5. p. 245-287.

MALINI, F; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MOUCHON, J. **Nova tendência em comunicação e política**. FAUSTO NETO, A. MOUCHON, J., VERÓN, E. (Orgs). **Transformações da midiaticização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências**. São Caetano do Sul: Difusão, 2012.p.145-160

O ESTADO DE S. PAULO. **Veja a íntegra do documento da Secom que aponta os erros do governo**, 2015. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/0B7o7oCE5mYbIanZsYjN3eXg5MWs>> Acesso em 26 nov. 2016.